



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2025

PROCESSO Nº 43/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAREDES DIVISÓRIAS.

Fornecedor: RD GESSO E ACABAMENTOS LTDA - CNPJ: 43.819.657/0001-98					
Item	Qtde.	Unid.	Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	1,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 3,46 X 2,10 M COM 01 PORTA DE GIRO DE 0,80 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	1.150,00000	1.150,00
2	1,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 2,56 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	810,00000	810,00
3	1,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 2,58 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	810,00000	810,00
4	1,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 2,80 X 2,10 M COM 01 PORTA DE GIRO DE 0,80 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	987,00000	987,00
5	8,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 5,50 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	1.490,00000	11.920,00
6	1,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 11,60 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	1.805,00000	1.805,00
7	1,00	UN	DIVISÓRIA TIPO T - HDF MSO BRANCO, TAMANHO: 2,00 X 2,10 M (DEVIDAMENTE INSTALADA)	1.805,00000	1.805,00
Total dos Produtos					R\$ 19.287,00

DOTAÇÃO:

Projeto	1024 - MANTER E EQUIPAR O CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA
Despesa	3390.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Projeto	1024 - MANTER E EQUIPAR O CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA
Despesa	3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS
Projeto	2004 - MANUT. DESPESAS OPERACIONAIS DA SEC. DA ADMINISTRAÇÃO
Despesa	3390.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Projeto	2004 - MANUT. DESPESAS OPERACIONAIS DA SEC. DA ADMINISTRAÇÃO
Despesa	3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS
Projeto	2066 - DESP. DA SMECDT - ENSINO FUNDAMENTAL
Despesa	3390.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Projeto	2066 - DESP. DA SMECDT - ENSINO FUNDAMENTAL
Despesa	3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS
Projeto	2067 - DESP. SMECDT - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
Despesa	3390.30.00.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
Projeto	2067 - DESP. SMECDT - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
Despesa	3390.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS

FUNDAMENTO LEGAL:

FUNDAMENTO LEGAL:

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 75. É dispensável a licitação: (Lei 14.133/2021)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023).



**Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações**

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A escolha e contratação da pessoa jurídica RD GESSO E ACABAMENTOS LTDA - CNPJ: 43.819.657/0001-98, fundamenta - se, pois, a empresa apresentou o menor preço para os itens, conforme coleta de preços em anexo ao processo.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta, por dispensa de licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de paredes divisórias, com a empresa RD GESSO E ACABAMENTOS LTDA - CNPJ: 43.819.657/0001-98, no valor de R\$ 19.287,00 (dezenove mil e duzentos e oitenta e sete reais), através de orçamentos apresentados em anexo, encontra-se dentro do preço de mercado, comparado com os outros orçamentos trazidos pelo Departamento de Compras.

Nada mais a relatar foi lavrado o presente documento que será submetido a autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Alpestre, 05 de maio de 2025.

TÓLEMAN ALAN PICOLI

Servidor designado



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

PARECER JURÍDICO

Processo de Contratação nº 43/2025

Modalidade: Dispensa de licitação nº 18/2025.

1. Trata-se de processo de contratação direta por *dispensa de licitação*, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

“II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;” (Vigência - R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos))

A contratação pretendida está embasada na **motivação** da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto e Turismo solicitando contratação de empresa para fornecimento e instalação de paredes divisórias e demais descrições do objeto.

A justificativa da necessidade da contratação está descrita no Termo de Formalização da Demanda, bem como fundamentação no ETP e Termo de Referência que prevê a necessidade em razão da reforma e ampliação do prédio administrativo municipal.

Consta nos autos o **Levantamento de mercado e justificativa da solução escolhida.**

O presente feito segue instruído com os seguintes documentos:

Requisições nº 48295, 48296, 48297;
Documento de Formalização da Demanda;
Estudo Técnico Preliminar;
Termo de Referência;
Coletas de Preços;
Comprovação de Publicação;
Relatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO do Departamento de

Compras;

Relatório de Pesquisa de Preços;
Balancete Orçamentário da Despesas;
Portaria nº 008/2024 de 11 de janeiro de 2024;
Termo de Abertura.

Certidões e demais documentos de habilitação jurídica da empresa, comprovante de regularidade fiscal, comprovante de regularidade trabalhista, certidões negativas de débitos, proposta técnica financeira detalhada, e demais documentos anexados a presente demanda, que se fazem necessários para o andamento do processo.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

É de suma importância assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos. Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma. Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os **Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência**. Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

É o breve relatório.

Vieram os autos para exame e parecer.

2. Com efeito, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No que tange à contratação pretendia, a Lei nº 14.133/2021 prevê a hipótese do **Artigo 75, inciso II, da lei 14.133/2021**. Neste sentido, não há o que opor, sob o aspecto jurídico.

Consta nos autos documento de **formalização da demanda, ETP e o Termo de Referência**, que discrimina o objeto da contratação almejada, atendendo o disposto no **art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

O Estudo Técnico Preliminar, já está deferido pelo Chefe Municipal.

Constando estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 (art. 72, inciso II), estando este, por conseguinte, justificado (art. 72, inciso VII).

Assim, seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendendo ser possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.”

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, por força da lei, do disposto no artigo 176, § único, inciso I.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

O valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Lei, e a realização de procedimento licitatório oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Os documentos que constam no processo administrativo, demonstram a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido (art. 72, inciso IV), bem como os documentos do futuro contratado, ora anexado, comprovam que o particular preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (art. 72, inciso V).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Alpestre

A razão da escolha do futuro contrato está pautada em critério objetivo, qual seja que a empresa apresentou o menor preço para realização do serviço, estando assim atendido o pressuposto do art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

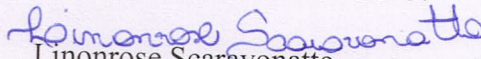
E não menos importante, recomendo à observância as prescrições legais fixadas no **artigo 75, § 3º da Nova Lei de Licitações**, o qual prescreve que as contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso de chamamento público em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Por conseguinte, consoante sedimentado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e no Artigo 72, incisos VI e VII, o processo de Dispensa deverá ser instruído com elementos que demonstrem a razão da escolha do fornecedor ou executante e a justificativa do preço, não impondo de forma objetiva as regras quanto à quantidade e a forma de seleção do contratado, ou seja, deve ser justificado no processo a escolha do fornecedor.

Recomendo que seja fiscalizado posteriormente os **impactos ambientais na prática pelo setor responsável**.

3. Seja remetido os autos à autoridade competente nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Alpestre, RS, aos 05 de maio de 2025.


Linonrose Scaravonatto
Assessora Jurídica



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO

Com base na formalização do processo e no parecer Jurídico reconheço ser dispensável a licitação e ratifico o ato para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de paredes divisórias, com a empresa RD GESSO E ACABAMENTOS LTDA - CNPJ: 43.819.657/0001-98, no valor de R\$ 19.287,00 (dezenove mil e duzentos e oitenta e sete reais), com base no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, conforme Processo nº 43/2025, Dispensa de Licitação nº 18/2025.

Alpestre, 05 de maio de 2025.

RUDIMAR ARGENTON
Prefeito Municipal